

Possível retirada de patrocínio da CEEE não afeta demais planos da Fundação

Patrimônio e alocação de ativos são segregados entre os 12 planos previdenciários sob gestão da entidade

O anúncio de uma possível retirada de patrocínio dos planos previdenciários da CEEE, administrados pela Fundação Família Previdência, causou preocupação entre os participantes. Hoje, a entidade possui mais de 18 mil participantes em 12 planos ofertados para mais de 20 organizações. Destes, dois são patrocinados pelas empresas que compõem o Grupo CEEE, com cerca de 11 mil participantes. Os demais, são patrocinados ou instituídos por outras empresas e entidades associativas e sindicais, sem qualquer relação com os planos da CEEE.

“É importante esclarecer que os planos previdenciários que administramos são completamente independentes entre si. Os patrimônios são separados e cada produto previdenciário segue uma política de investimentos com recursos próprios e alocação de ativos independentes. Ou seja, os recursos financeiros dos planos não se misturam”, enfatiza Saul Fernando Pedron, Diretor Financeiro da Fundação.

A negociação entre a Fundação Família Previdência e o Grupo CEEE, sobre as condições comerciais que envolvem os planos previdenciários CeeePrev e Plano Único da CEEE em uma futura privatização da CEEE-D e CEEE-GT, não convergiu, até o momento, para uma solução que permita a continuidade do patrocínio. No entanto, a CEEE ainda não formalizou o pedido, somente comunicou a Fundação que inauguraria o processo de retirada.

A Fundação, com o objetivo de esclarecer os pontos que envolvem as tratativas anteriores com a CEEE e manter o diálogo aberto para a continuidade dos planos previdenciários, encaminhou correspondência para a companhia de energia no dia 19 de novembro. A entidade se colocou à disposição para manter os planos de benefícios CeeePrev e Plano Único da CEEE patrocinados pela CEEE-D e pela CEEE-GT e pelas empresas que vierem a assumir o controle acionário em uma futura privatização.

“Entendemos que este é o melhor caminho para garantir o pagamento de benefícios dos participantes vinculados aos planos patrocinados pelas empresas do Grupo CEEE, mantendo a segurança previdenciária de milhares de famílias que dependem desses recursos, geridos com responsabilidade, com excelentes retornos de rentabilidade e pagos em dia para 7.600 assistidos no CeeePrev e Plano Único da CEEE”, destaca o Diretor de Previdência, Jeferson Luis Patta de Moura. Atualmente, R\$ 5,3 bilhões já estão integralizados no patrimônio da entidade nesses planos. Caso ocorra uma retirada de patrocínio, as empresas patrocinadoras deverão integralizar cerca de R\$ 2 bilhões, compostos por dívidas e compromissos atuariais.

Caso se concretize a retirada de patrocínio, a Fundação apresentará opções para os participantes destinarem os valores a que têm direito. Por enquanto, nada acontece com os planos previdenciários da CEEE. Eles seguem funcionando normalmente. A Fundação continuará recebendo as contribuições dos participantes ativos e pagando os benefícios de aposentadorias e pensões todos os meses para seus assistidos, sem interrupção.

Mesmo que ocorra a retirada de patrocínio, a entidade continuará cuidando da poupança previdenciária dos participantes vinculados a esses planos, oferecendo alternativas para que todos mantenham-se vinculados à Fundação. “Estabelecemos uma relação de confiança e credibilidade ao longo de 40 anos com os participantes, sustentada por excelentes retornos dos investimentos no longo prazo e pelo pagamento em dia dos benefícios. Esta relação pode permanecer viva no futuro, mesmo sem a presença da patrocinadora de origem”, avalia o Diretor Presidente da Fundação, Rodrigo Sisnandes Pereira.

Com relação aos demais planos, cabe salientar que nada acontece. A Fundação segue em seu

propósito de ofertar seus produtos previdenciários para novos participantes e para o ingresso de organizações que desejam patrocinar ou ser instituidoras de um plano para seus empregados e associados, respectivamente. Recentemente, a entidade foi escolhida para gerir o Plano RJ-PREV, da seção da OAB do Rio de Janeiro. Em breve, a Fundação receberá mais de 5 mil novos participantes e um plano jovem em fase de contribuição e com potencial de crescimento entre os advogados fluminenses. “Seguimos com nossas metas de crescimento e, em breve, passaremos a gerir um plano para profissionais que atuam em um dos maiores centros econômicos do país. Nossos resultados e a excelência na gestão dos investimentos foram os principais pontos que levaram a OAB-RJ a escolher a Fundação Família Previdência”, conclui Sisnandes.

22º Seminário Econômico da FFP abordou os rumos da política brasileira e recuperação econômica pós-pandemia

Tarde teve palestras de Silvio Cascione, Samuel Pessoa e Maílson da Nóbrega



O segundo dia da jornada conjunta do Connect 7º Caminhos para o Futuro e 22º Seminário Econômico da Fundação Família Previdência foi de previsões, tanto na conjuntura política, quanto econômica. Ao vivo e online, o evento teve como principais temas as projeções de cenários para os próximos meses e anos com participação do Diretor Presidente, Rodrigo Sisnandes Pereira e apresentação da jornalista Dalva Bavaresco.

O mestre em ciência política Silvio Cascione abriu o evento falando que o Brasil enfrentará grandes desafios fiscais e que reformas precisam ser priorizadas. Integrante da Eurasia Group, empresa de consultoria e pesquisa de risco político com escritórios em diversas metrópoles mundiais, Cascione fez algumas projeções de curto prazo que podem ser essenciais para apontar o caminho a ser traçado na 2ª metade da gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Uma delas é de que o auxílio emergencial tende a não ser renovado no final deste ano, a menos que haja uma piora na pandemia. A outra é que é baixo o risco de o governo atual dar uma guinada populista de expandir gastos públicos. “Existe um ambiente para dar seguimento a um ciclo de aprovação de reformas importantes, como a tributária e a administrativa”, afirmou, ressaltando que ainda há muita coisa para ser feita para aumentar a competitividade do país.

Com relação a uma possível segunda onda de covid-19, Cascione afirma que governos aprenderam a lidar melhor com a doença, assim como as pessoas, o que aumenta as chances de controlar a

velocidade da pandemia e manter as atividades econômicas em funcionamento sem mais restrições. “Governos só irão reagir se hospitais encherem”, pondera.

Para Cascione, o risco eleitoral em 2022 aumentou por causa da pandemia. A popularidade de Bolsonaro pode sofrer pressões por conta do fim do auxílio emergencial. “É muito cedo para fazer prognósticos de eleição. Bolsonaro segue bem posicionado, mas a condição é mais questionável”, afirmou.

Na segunda palestra da tarde, o economista Samuel Pessôa iniciou a análise macroeconômica para o país nos próximos meses. Pessôa começou sua palestra lembrando o baixo crescimento e a baixa produtividade tradicionais do Brasil, contextualizando o momento vivido pelo país, que ainda está saindo de sua segunda maior crise da história (2014-16), na qual a perda do PIB per capita foi de 9%. “O motivo dessa crise ser profunda tem origem em dois fenômenos, o intervencionismo político e o esgotamento do contrato social da redemocratização – que gerou uma crise fiscal que segue até hoje”, pontuou Pessôa.

De acordo com o economista, nos anos subsequentes de 2016, 2017 e 2018, a economia andou de lado – com crescimentos de pouco mais de 1% ao ano – porque o setor produtivo segue machucado e endividado e porque problemas fiscais geram incertezas. Com relação aos cenários para um futuro próximo relacionados à crise da pandemia, o economista salienta que há dois caminhos possíveis, de reancoragem ou desancoragem da política fiscal.

“A grande questão para sabermos como será a recuperação é se ‘vamos virar a página dos gastos excepcionais’. Se a opção for em reancorar a política fiscal, o câmbio volta a patamares anteriores e se alivia o processo inflacionário. No caso de desancoragem, pode haver a quebra do teto de gastos sem contrapartida, o que provocaria descontrole do câmbio e aumento da inflação. Mas, mesmo neste cenário pior, não vejo inflação explodindo, não vejo ruptura”, salienta, otimista.

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega também acredita que a política fiscal é o ponto chave da recuperação ou da piora da recessão. Foi dele a palestra que encerrou a programação do 22º Seminário Econômico. Nóbrega também está otimista com a retomada do país, mas enxerga alguns riscos, caso o presidente da República escolha sempre por medidas populares.

“Em caso de desancoragem, uma forte alta na relação dívida-PIB irá alimentar os temores de situação insustentável e de grandes incertezas. Estamos longe, mas uma situação dessas pode ocasionar descontrole da inflação e consequências sociais como aumento da desigualdade e queda da confiança. Não acredito que o governo proponha o fim do teto, seria um suicídio político, mas, mesmo que isso venha a ocorrer, a economia brasileira tem capacidade de resistir”, acrescenta, ao encontro do que disse o palestrante anterior.

Para ambos, essa capacidade de resiliência da economia do país mora no fato de, hoje, o Brasil vivenciar boas condições de reservas, com posições credoras elevadas, contas externas saudáveis que superam a dívida, além de um sistema financeiro sólido e estruturado.

“As vulnerabilidades do passado não estão presentes hoje. Todas as grandes crises foram de câmbio e de crédito, por isso, e porque o brasileiro é intolerante à inflação, o ajuste fiscal é fundamental. O Brasil é resiliente no campo institucional e no campo dos negócios e vai sair dessa crise ainda mais resiliente”, conclui Mailson da Nóbrega.

Fonte: Fundação Família Previdência, em 27.11.2020